



Comissão Pastoral da Terra – Secretaria Nacional

Assessoria de Comunicação

RELEASE

Conflitos por terra em 2022 avançam sobre Amazônia Legal e áreas de fronteira agrícola

O último governo, que se encerrou no dia 31 de dezembro de 2022, resultou em um saldo preocupante para o país no que diz respeito à violência no campo. No ano de 2022, foram registrados 1.107 conflitos no campo, na região da Amazônia Legal, o que representa mais da metade de todos os conflitos ocorridos no país (54,86%). Esse número é o segundo maior já registrado pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (Cedoc-CPT), ficando atrás apenas de 2020. O aumento foi de 25,80% em relação ao ano anterior, com destaque para os conflitos por terra.

Já o número de conflitos por terra na Amazônia Legal aumentou mais de 33% em 2022 em comparação ao ano anterior, subindo de 695 para 926 ocorrências. Esse aumento é particularmente preocupante na região da Amazônia Legal, que concentrou 59% de todas as ocorrências do tipo registradas no país. O percentual representa um aumento significativo em relação a 2021, quando a região foi palco de 51% das ocorrências.



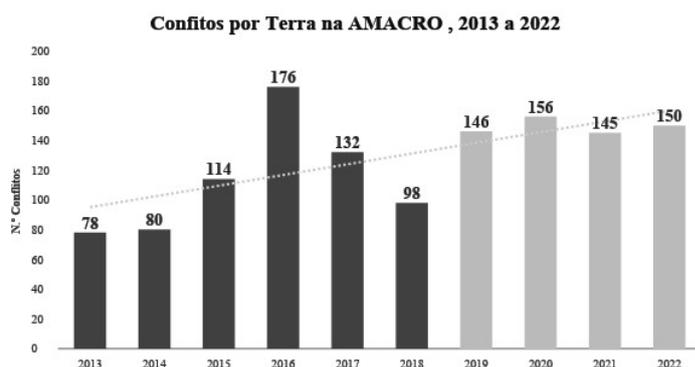
A região da Amazônia Legal tem sido marcada por um crescente número de conflitos por terra nos últimos dez anos, com agravamento da situação a partir de 2016. **Dos 47 assassinatos no campo registrados no Brasil em 2022, 34 ocorreram na Amazônia Legal**, o que representa 72,35% de todos os assassinatos no país.

Dado particularmente alarmante, porquanto demonstra que a região enfrenta desafios significativos em termos de segurança pública, proteção de direitos humanos dos povos da floresta, além de omissão e conivência do poder público nos casos de conflitos.

A questão dos conflitos por terra na região da Amazônia Legal não afeta apenas as estatísticas de ocorrências, mas também o número de famílias envolvidas. Nos últimos dez

anos, o **número de famílias afetadas** pelos conflitos aumentou de forma significativa, **ultrapassando a marca de 100 mil após 2018.**

Esses dados indicam que a questão da posse da terra na região está se tornando cada vez mais complexa e impactando um número crescente de pessoas. Além disso, a identidade social das pessoas afetadas pelos conflitos também está mudando. Nos últimos anos, houve um **aumento considerável nos ataques a povos indígenas na região da Amazônia Legal**, especialmente após o início do Governo Bolsonaro.



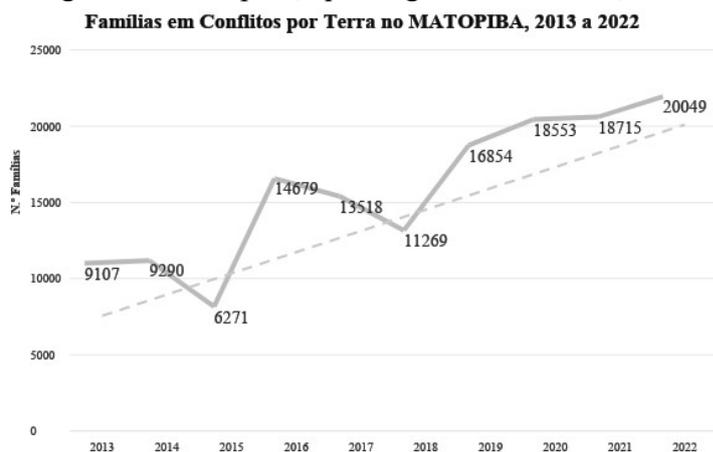
Inserido na área que compreende a Amazônia Legal, o grande projeto desenvolvimentista denominado Zona de Desenvolvimento Sustentável (ZDS) Abunã-Madeira (Amacro), engloba 32 municípios localizados no sul do Amazonas, leste do Acre e noroeste de Rondônia, compreendendo uma área de mais de 454 mil km².

A região tem sido palco de um crescente número de conflitos por terra nos últimos anos. Em 2022, foram registrados **150 casos de conflitos por terra nessa região** especificamente, o terceiro número mais alto dos últimos dez anos. Esses conflitos estão relacionados à disputa pela posse da terra, que muitas vezes envolve grandes empresas e comunidades tradicionais.

A ZDS apresenta índices alarmantes de violência contra a pessoa, com destaque para o número de presos, ameaças de morte, tentativas de assassinato e assassinatos. Nos últimos dois anos, **20 pessoas foram mortas na região, sendo oito delas em 2022.** É preocupante notar que esse índice voltou a crescer após 2017, já que entre 2018 e 2020 não ultrapassou o número de três pessoas por ano. Além disso, é necessário destacar que esses assassinatos ocorreram em uma localidade com número reduzido de municípios, se comparada à Amazônia Legal e ao Matopiba, o que indica um índice de violência elevado na região.

O projeto desenvolvimentista tem sido alvo de críticas por parte de organizações de defesa dos direitos humanos e do meio ambiente uma vez que tem promovido o avanço desordenado da fronteira agrícola e o desmatamento na região, acirrando ainda mais a violência no campo.

Na região do Matopiba, que engloba Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, os conflitos por



terra também têm sido um problema recorrente. Em 2016, houve um pico no registro desses conflitos, possivelmente devido ao efeito do decreto N° 8.447, de 6 de maio de 2015, que instituiu o projeto de desenvolvimento na região, e à ruptura democrática de 2016. Após o pico naquele ano, de 253 conflitos por terra na região, o

número voltou a atingir este patamar, tendo sido registrados 170 em 2021 e em seguida 253 em 2022.

Embora o número de ocorrências tenha tido uma variação irregular na última década, com alguns anos de aumento e outros de queda, **o número de famílias envolvidas nesses conflitos apresentou um crescimento constante.** Em 2022, foram registradas 20.049 famílias envolvidas, o que representa um aumento de mais de 36% em relação ao número registrado em 2016.

Em relação aos assassinatos em áreas de conflitos por terra, a situação continua alarmante. Em 2022, apenas na área da ZDS, foram registrados oito assassinatos, sendo esta uma região de pequeno número de municípios, indicando um alto índice de violência.

No Matopiba, apesar de o número de assassinatos ter se mantido relativamente estável, os registros de ameaças de morte cresceram significativamente após quatro anos consecutivos de queda, houve um aumento expressivo desse tipo de violência entre 2021 e 2022. Nesse período, o número de pessoas ameaçadas passou de 11 para 47, representando um crescimento de 327%, mais que o triplo do registrado no ano anterior.

Mais

Informações:

Renata Albuquerque – (81) 99663-2716 / comunicacao@cptne2.org.br